



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Eixo: Movimentos Sociais e Participação Social)

**Movimento Nacional da População de Rua do Rio Grande do Sul: de Pobre Sofredor a Povo de Sofredores**

Eduardo Martins Werb<sup>1</sup>

**Resumo:** As pessoas em situação de rua sofrem diariamente as consequências da exclusão social. Contribuir com a luta de movimentos sociais é fundamental para a garantia de direitos dessa população. A partir da produção audiovisual sobre a origem histórica do MNPR no Rio Grande do Sul (MNPR/RS), realizada mediante a metodologia história oral (MEIHY; HOLANDA, 2007), realizou-se um estudo interpretativo e analítico (GIL, 2008) sobre sua origem histórica. Além de registrar uma trajetória de lutas e resistência, os resultados indicaram a reincidência da *situação limite* e do *agente agregador de sentidos* em sua conformação (MELO, 2016).

**Palavras-chave:** situação de rua; movimentos sociais; história.

**Abstract:** People living in homeless situation suffer daily consequences of social exclusion. Contributing with fighting of social movements is fundamental to guarantee those people's rights. From the viewing point of an audiovisual production about the historical origin of MNPR in Rio Grande do Sul (MNPR/RS), based on the methodology of oral storytelling (MEIHY; HOLANDA, 2007) an interpretive and analytic study (GIL, 2008) was made acknowledging the facts surrounding its origins. Beyond registering a trajectory of fighting and resistance, the results have shown a recidivism of limited situation along with congregating agent of needs within its confirmation (MELO, 2016).

**Keywords:** homeless situation; social movements; history.

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o atendimento à população em situação de rua é orientado por vários documentos institucionais, mas é a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (BRASIL, 2008) que dá as diretrizes mais fundamentais. Sua elaboração contou com a participação do Movimento Nacional da População de Rua – MNPR, e suas propostas tem por objetivo “abarcas questões essenciais concernentes à parcela da população que faz das ruas seu espaço principal de sobrevivência e de ordenação de identidades”. Sobre essa população, afirma que “encerra em si o trinômio exprimido pelo

---

<sup>1</sup> Assistente Social, bolsista em projeto de extensão na Universidade Estadual de Londrina sobre educação escolar indígena, Bacharel em Serviço Social, [edumartinsw@gmail.com](mailto:edumartinsw@gmail.com).



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

termo exclusão social: expulsão, desenraizamento e privação”, que se caracteriza pela ruptura extrema de vínculos familiares e afetivos, pela ruptura total ou parcial com o mercado de trabalho e pela não participação social efetiva. Está presente desde a formação das primeiras cidades e evidencia a profunda desigualdade social brasileira. Ainda no texto da Política Nacional, reconhece-se que a existência do fenômeno situação de rua está atrelada à “lógica do sistema capitalista de trabalho assalariado”, na qual a pobreza extrema é necessária para o seu funcionamento. Quando trata da origem da situação de rua, supera perspectivas “assistencialistas, paternalistas, autoritárias” (BRASIL, 2008), e coloca o fenômeno sob o prisma da luta de classes, como uma *expressão radical da questão social*:

[...] pode-se dizer que o fenômeno população em situação de rua vincula-se à estrutura da sociedade capitalista e possui uma multiplicidade de fatores de natureza imediata que o determinam. Na contemporaneidade, constitui uma expressão radical da questão social, localiza-se nos grandes centros urbanos, sendo que as pessoas por ele atingidas são estigmatizadas e enfrentam o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade. É um fenômeno que tem características gerais, porém possui particularidades vinculadas ao território em que se manifesta. No Brasil, essas particularidades são bem definidas. Há uma tendência à naturalização do fenômeno, que no país se faz acompanhada da quase inexistência de dados e informações científicas sobre o mesmo e da inexistência de políticas públicas para enfrentá-lo. (SILVA, 2006, apud BRASIL, 2008).

Contudo, é importante compreender que, com uma Política Nacional específica para essa população, busca-se, entre avanços e retrocessos, a concretização de direitos historicamente conquistados de modo geral à população, mas que são negados a um grupo populacional. Abrange orientações para diversas áreas das políticas públicas, pois busca o reconhecimento da integralidade das pessoas em situação de rua, princípio que deveria prosperar também entre as perspectivas dos serviços que contemplam essa população.

Os últimos levantamentos realizados em Porto Alegre mostraram que, entre 2008 e 2016, a população em situação de rua aumentou 75%, passando de 1.203 para 2.115 pessoas num período de oito anos (GAÚCHA ZH, 2016). No Relatório Final do Censo de 2016, a análise dos dados também indicou que quase a metade dessa população está em situação de rua há mais de 5 ou 10 anos:

Comparando aos dados de 2016 com as pesquisas anteriores, vê-se uma tendência de cronicidade da situação de rua, com crescimento dos percentuais de tempo em faixas temporais de mais de 10 anos de rua. Na pesquisa de 2007-8, o percentual de pessoas com mais de 10 anos de rua era de 19,1%; este percentual representa, hoje, 29,2% da população investigada. Agregando os dados daqueles que estão há mais de 5 anos na rua, temos quase a metade da população (47,8%).(UFRGS, 2016).

Em Porto Alegre, o serviço que realiza busca ativa e acompanhamento social para a população em situação de rua, no campo da Assistência Social, é o chamado *Programa*



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

*Ação Rua*, que unifica o Serviço Especializado em Abordagem Social e o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi). Nesse sentido, as reflexões que se apresentam aqui são os principais resultados de pesquisa realizada durante o estágio curricular obrigatório, requisito para a formação em Serviço Social, concluída em 2017, e ocorreu numa das equipes do Programa Ação Rua.

Se por um lado, a experiência junto dessa população e dessa rede de atendimento foi fundamental para a aproximação dos desafios da vida nas ruas, por outro, a relação construída entre pesquisador e sujeitos durante a pesquisa junto ao MNPR/RS foi transformadora: a pesquisa tratou da realização de produção audiovisual sobre a origem histórica da organização política no município de Porto Alegre, e que culminou na instalação da base regional no Estado do Rio Grande do Sul.

Durante a construção do projeto de pesquisa e intervenção, o acadêmico se propôs a se distanciar dos métodos mais tradicionais de pesquisa científica que optam pelo distanciamento entre pesquisador e objeto de estudo, para não cair numa ilusão objetivista, tal como afirmou Antonio Carlos Gil (2008). Como tentativa de escapar de postura positivista ao encarar os fenômenos sociais como coisas, optou-se pelo envolvimento do público pesquisado numa relação de colaboração e cooperação. Gil destaca que a pesquisa-ação e a pesquisa participante se caracterizam pelo envolvimento de pesquisador e pesquisado na pesquisa, desempenhando papel ativo na coleta de dados, na análise e interpretação. Nesse sentido, afirma que aqueles que defendem a pesquisa-ação estão vinculados a postura dialética. Afirma também que a “dialética procura captar os fenômenos históricos, caracterizados pelo constante devir. Privilegia, pois, o lado conflituoso da realidade social”.

Sobre a metodologia utilizada para a coleta de dados, a questão de fontes sobre a origem histórica do MNPR/RS se apresentou como um problema, e que foi sanado através de uma metodologia pouco convencional para o Serviço Social. A leitura de bibliografia especializada sobre História Oral (MEIHY; HOLANDA, 2007) confirmou que tal metodologia, por diversas razões, apresentou-se como a mais adequada, dadas as condições da pesquisa e as posições assumidas pelo pesquisador frente ao público pesquisado. Nesse sentido, os autores afirmam que através da história oral, “movimentos de minorias culturais e discriminadas têm encontrado espaço para validar suas experiências, dando sentido social aos lances vividos sob diferentes circunstâncias”. Ainda sobre as situações em que a história oral se apresenta como meio de “presentificar” a experiência passada:



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

A necessidade de se ativar ou materializar o que existe em estado oral retido na memória, ou mesmo o que foi abafado por processos de cerceamento, quase sempre acontece por desafios da própria comunidade, que não quer deixar morrer determinadas experiências e que, para isso, produz situações nas quais, no tempo presente, reinventam o passado não resolvido. (MEIHY; HOLANDA, 2017).

Há diversas formas de conceituar História Oral. Sobre ela, antes de tudo, cabe dizer que prioriza a oralidade humana, mediante a gravação de diálogos com intenção de seu registro, para constituir fontes ou documentos. Nesse sentido, a história oral é parte do conjunto de fontes orais, sendo a entrevista, uma de suas manifestações.

A partir dos caminhos da metodologia de história oral, foram realizadas três entrevistas com três militantes do MNPR/RS, com o objetivo de registrar, mediante o relato oral, a origem histórica do Movimento no Rio Grande do Sul. A seleção do primeiro militante surgiu da indicação do Movimento, e ocorreu durante uma de suas reuniões semanais que ocorre geralmente na EPA. Conforme um dos princípios da metodologia de história oral, a partir da realização da primeira entrevista, seria definido o próximo entrevistado, seja por indicação direta, seja pelos caminhos que os relatos indicassem. Assim ocorreu a escolha do segundo e terceiro entrevistado.

O produto desse processo de construção coletiva foi um profundo *corpus documental*, que a partir do relato oral dos militantes, registrou a origem histórica do MNPR/RS. Além do valor que representa como documento sobre a história do surgimento de um movimento social e da rede de organização política da população de rua, a transcrição de tal fonte documental serviu como coluna vertebral para a elaboração de um texto, que aliado aos processos de pesquisa bibliográfica, análises e interpretações, a partir da matriz crítico dialética, complementam os resultados da pesquisa. Portanto, este artigo tem por objetivo apresentar alguns resultados e reflexões frutos da pesquisa, materializados no texto a seguir, e cumprir com o dever de publicizar os resultados.

## **2 HISTÓRIA ORAL DO MNPR/RS: ORIGEM, OCASO, RETOMADA E CONSOLIDAÇÃO**

As primeiras relações entre a pesquisa bibliográfica (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011) e os relatos dos militantes entrevistados giram em torno da reincidência da *situação limite* nas etapas de surgimento e consolidação de movimentos sociais e do MNPR/RS. Já no princípio do século XIX, no movimento conhecido como *Ludismo*, quando desdobramentos da Revolução Industrial intensificaram o desenvolvimento das forças produtivas mediante novo maquinário no processo de produção, a situação limite foi a



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

expulsão de contingentes de trabalhadores. A resposta dos trabalhadores foi a destruição das máquinas. Também as próprias condições de trabalho, com jornadas de 16 horas e o trabalho de mulheres e crianças, representaram uma situação limite, e tornaram-se alvo das reivindicações dos primeiros movimentos de trabalhadores e sindicalistas, que se organizavam mediante greves.

No Brasil, em 1968, o assassinato do estudante Edson Luís durante a invasão militar no restaurante provocou grande comoção e desdobramentos para o Movimento Negro. A tortura e morte do operário Robson Silveira da Luz provocou uma manifestação nas escadarias do Teatro de São Paulo em 1978, e no mesmo ano, o dia da morte do Zumbi dos Palmares, 20 de novembro, foi escolhido como o Dia Nacional da Consciência Negra. Também o Movimento pela Liberdade de Orientação Sexual considera a repressão policial em 1969 num bar frequentado por gays, lésbicas e travestis em Nova York como situação limite, e que desencadeou várias rebeliões. O dia da repressão, 28 de junho, ficou na história como o Dia do Orgulho Gay.

Pois com relação à origem nacional do MNPR, também houve uma *situação limite* que terminou marcando a história da organização política da população em situação de rua: o Massacre da Sé, que ocorreu em 2004, e que, além de representar por si só um fato de extrema violência, também representou uma situação limite de violências e violações vividas por essa população. Quanto à origem histórica da organização da população em situação de rua em Porto Alegre, houve também referência a uma *situação limite* nos relatos dos entrevistados, e que ficou gravada na memória coletiva como um dos antecedentes históricos do MNPR/RS:

Em 2006, em Porto Alegre, estava rolando uma questão. Tinha uma casa, a Casa de Convivência, que dava atendimento aos moradores em situação de rua, ali na Rua João Alfredo. Os trabalhadores viram aquela situação, o que acontecia, os relatos: levavam o pessoal pro 9º Batalhão de Polícia, e fazia o pessoal lavar viatura, até na chuva, faziam o que queriam com os camaradas. Começamos a tirar foto, mas não adiantava. Então como vamos resolver isso? Vamos criar um movimento! E como tinha dado certo lá na prefeitura de São Paulo, como deu certo pra eles, em termos de Brigada, vamos fazer dessa forma que vai dar certo. (MILITANTE 1)

No relato, o Militante menciona a violência que a população de rua sofria de parte do 9º Batalhão da Brigada Militar, que atua nos mesmos bairros onde ocorre grande concentração da população de rua no município. Essa situação de violência e violações provocadas pelo 9º Batalhão também apareceu em outro relato, porém com detalhes que ampliam seu contexto:

O surgimento do MNPR/RS está ligado não só ao Movimento Aquarela da População de Rua, mas também uma ligação com a retomada do Sindicato dos



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Municípios de Porto Alegre, que foi em 2006. Durante o governo da Yeda Crucius, do PSDB, havia uma ordem de serviço para a Brigada Militar retirar a população de rua das ruas, e retirar seus pertences; aconteciam prisões dentro do 9º Batalhão, coisas bem complicadas. Naquela época, o pessoal era obrigado a lavar viaturas. Esses relatos chegavam pra nós em quanto trabalhadores da Casa de Convivência, não existiam Centros Pop ainda, nem atendimento social de rua, por toda a precarização. A gente fazia atendimento na Casa de Convivência pela manhã, e à tarde, saíamos para fazer abordagens sociais. Era somente uma Kombi e uma equipe de abordagem social para toda a cidade, então não se conseguia dar conta de tudo. Só que na Casa de Convivência, geralmente nas segundas-feiras, pela manhã, quando a gente fazia o grupo coletivo de acolhimento e as assembleias com as pessoas atendidas, vinham muitos relatos. Também vinham pessoas machucadas, por terem apanhado, muita violência. E nós, na condição de trabalhadores, também estávamos sofrendo por causa do governo do município, e estávamos num processo de retomada do Sindicato dos Municípios, o Simpa, que havia ficado por dez anos sob o controle da Direita, sem representação alguma da categoria. (MILITANTE 2)

Destacam-se no relato, além das violências e violações sofridas por essa população, a importância que a Casa de Convivência teve para a organização política da população de rua em Porto Alegre. O grupo de acolhimento que ocorria nas segundas-feiras serviu como espaço de *compartilhamento de sentidos* sobre a vida nas ruas. Utilizando-se da reflexão de Melo (2016), afirmar-se que o grupo de acolhimento da Casa de Convivência pode ter contribuído com a transformação da ideia de *pobre sofredor* para a de *povo de sofredores*, tal como ocorreu nas sopas comunitárias organizadas pela Organização Auxílio Fraternal (OAF) durante os anos 1970 e 1980. A sopa, que era preparada com a contribuição da população de rua, tornou-se *um agente agregador de experiências e convívio*, e por tal razão, são lembradas ainda hoje como importantes para a formação do MNPR em São Paulo. Da mesma maneira, ainda conforme relato do Militante 2, foi a contribuição da Casa de Convivência, que ao promover o grupo de acolhimento, promoveu também a troca de experiências entre essa população, a denúncia das violências provocadas pelo 9º Batalhão, e culminou na estratégia de organização política da população de rua que figura entre os antecedentes do MNPR em Porto Alegre: trata-se do *Movimento Aquarela*.

Também merece destaque, e contrariamente ao que foi constatado nas pesquisas bibliográficas - como no caso da OAF em São Paulo, que o início do Movimento Aquarela não tenha sido marcado pela contribuição de uma organização de origem religiosa. Diferentemente, os inícios da organização política da população de rua em Porto Alegre estão ligados ao movimento sindical, através do Sindicato dos Municípios de Porto Alegre (Simpa). No relato, nota-se também um exemplo de comunhão entre a luta da população de rua e a luta dos trabalhadores. De fato, o relato vai além das particularidades das relações quando expõe a *situação limite* a partir do contexto político, quando o PSDB assumiu o



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

governo do estado, e por isso, assumiu também o controle da segurança pública, a Brigada Militar, e de como isso impacta diretamente na população de rua. Por outra parte, quanto à luta dos trabalhadores, além de mencionar a *precarização*, o Militante relatou que havia somente uma equipe de abordagem social com uma *Kombi* para atender a toda a população de rua do município de Porto Alegre, sendo justamente, um exemplo de precarização do emprego:

Então, por um lado, como nós estávamos retomando o Simpa, pois aquela equipe defendia muito a concepção de trabalho; e por outro lado, ainda que viessem muitos pedidos pra gente retirar as pessoas da rua, a gente não fazia, nós fomos muito perseguidos. Por isso, nós decidimos estar juntos com as pessoas atendidas no serviço, pensando algumas estratégias. As pessoas queriam se organizar politicamente, queriam fazer algo. E dali, daquela Casa de Convivência, nasceu a ideia de nós começarmos a nos organizar junto com eles. Então o movimento aqui nasce muito junto ao trabalhador e população atendida, porque estavam sofrendo muito. (MILITANTE 2)

Os relatos acima contam os inícios da organização política da população em situação de rua, que culminaram no Movimento Aquarela. Tal Movimento figura entre a memória dos militantes como um importante antecedente do MNPR/RS. O papel dos trabalhadores que atendiam essa população na Casa de Convivência foi fundamental para sua consolidação. A relação entre o Simpa e o Movimento Aquarela ainda renderia outros frutos:

Nas assembleias da Casa de Convivência veio a ideia de que não poderíamos ficar naquele espaço da instituição. Como era um movimento social das pessoas atendidas, como ficaria dentro do espaço institucional? E aí, surgiu a ideia de se fazer uma comissão entre trabalhadores e pessoas atendidas para pedir o espaço do Simpa para fazer as reuniões semanais. Isso foi muito bom, porque o Movimento já surge com a metodologia de comissões, nunca era uma pessoa só, mas sim, comissões. O pedido da comissão foi aceito e o Movimento começou a se encontrar semanalmente no espaço do Simpa, o espaço colocou as oficinas que havia na casa na época a disposição do Movimento, para pensar sobre sua identidade, e construa sua bandeira. Eles mesmos compraram o pano da bandeira e batizaram, através de uma votação, com o nome de Movimento Aquarela da População de Rua. Eles diziam que precisam colocar cor, porque as pessoas os enxergam de uma forma muito cinza. E aí, quem levou esse nome, Movimento Aquarela, levou pensando na heterogeneidade que tem a população em situação de rua, e levou pensando em deixar mais leve, em colorir, em mostrar a potência dessas pessoas. (MILITANTE 2)

Portanto, o Movimento Aquarela surgiu em 2008, e tal experiência de organização política foi fundamental para o início da formação de uma rede de luta e resistência da população em situação de rua. A colaboração do Simpa foi fundamental para a consolidação do Movimento Aquarela, assim como para a articulação com outros movimentos e para a composição da rede de apoio:

Nessa construção coletiva do Movimento Aquarela, em 2008, a gente logo foi fazendo articulação com outros movimentos, para aumentar essa rede de apoio. E logo a gente encontrou o Movimento dos Catadores, e começamos uma parceria



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

com eles de formação política. E através deles, a gente ficou sabendo do Movimento Nacional da População de Rua, que existia desde 2004, em função do Massacre da Sé. E aí, todo mundo ficou pasmado. O Movimento dos Catadores colocou o Movimento Aquarela numa articulação com o Movimento Nacional da População de Rua. (MILITANTE 2)

O encontro com o Movimento dos Catadores para uma formação política, e os primeiros contatos com o MNPR foram frutos da experiência de organização política através do Movimento Aquarela. Contudo, esse Movimento permaneceu somente até 2010:

E o que aconteceu foi que a metodologia do Movimento Nacional da População de Rua sempre funcionou com coordenadores. Precisava que alguém fosse eleito coordenador do Movimento no Estado para poder participar na coordenação do Movimento Nacional. E como o Movimento Aquarela tinha outro método, isso começou a entrar em conflito. Aliás, isso é conflito até hoje. Na época, a liderança que veio como coordenador teve muita dificuldade de conseguir falar pelo coletivo, começou a ter algumas posturas de se colocar acima do coletivo. Começou a viajar de avião, começou a parar em hotéis, e isso, em minha opinião, foi dando uma sensação de superioridade. Ele não soube lidar bem com isso e começou a gerar conflito. Como a base do Movimento Aquarela ainda não estava suficientemente forte pra lidar com isso, o Movimento acabou se desorganizando em função desses conflitos em 2010. Mas em 2013, houve a retomada. (MILITANTE 2).

No relato, conta-se como o Movimento Aquarela se desorganizou por conflitos internos. Entretanto, essa experiência ficou marcada na memória dos militantes de tal maneira, que a origem do MNPR/RS é vista como uma “retomada” da organização política. Disso se conclui que os militantes reconhecem uma continuidade entre o Movimento Aquarela e o MNPR/RS. Isso se constata também no seguinte relato, onde a transição do Movimento Aquarela para o MNPR aparece com uma “paralisação”:

Surgiu em 2008 e acho que resistiu até 2010. Quebrou os pratos, digamos assim, houve uma queda no Movimento, por causa de umas coisinhas que aconteceram. Era fraco, tinha poucos apoiadores, além disso, surgiram outros imprevistos na metade da caminhada, e não vingou. Essa paralisação foi aqui no Movimento na cidade de Porto Alegre, aqui no Rio Grande do Sul, a base é aqui. Mas a ideia sempre foi aquela: quem já estava lá, já sabia da caminhada, sabia da capacidade de luta, da condição de luta, da realidade da luta do pessoal, os apoiadores. E em 2012 ou 2013, não lembro com certeza, voltou tudo de novo: mas voltou como Movimento Nacional da População de Rua, com bandeiras e camisetas, e aí viemos pra ficar! E estamos aí de novo, até hoje! (MILITANTE 1)

O ano da “retomada” foi em 2013, agora como Movimento Nacional da População de Rua, em sua base regional, o Rio Grande do Sul. Mas para que isso acontecesse, houve mobilizações e processos históricos: por um lado, a experiência acumulada através do Movimento Aquarela, e por outro, a ocasião de um megaevento, a Copa do Mundo 2014:

Como a gente já tinha participado de muitas coisas a nível nacional, havia uma cobrança pela retomada do Movimento. Vinha a Copa do Mundo de 2014, e nacionalmente, o Movimento Nacional da População de Rua estava pautando isso com os órgãos de justiça e tentando ver de que forma poderia proteger a população em situação de rua, que com certeza seria a mais prejudicada pelo megaevento. Precisava ter alguém que levasse adiante um projeto do Centro de Defesa dos



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Direitos Humanos da População de Rua e dos Catadores, pois eles tinham conseguido verba nacional, da Secretaria de Direitos Humanos, pra implantar essas equipes em sete Estados do país. Entretanto, essas equipes tinham que ser instaladas com pessoas que tivessem uma responsabilidade com a luta do Movimento. Eles não iriam aprovar o Centro de Defesa se não fosse com alguém de nós levando em frente a equipe do Centro de Defesa. Essa equipe do Centro de Defesa deveria contar com um agente social da própria população em situação de rua. (MILITANTE 2)

Primeiramente, destaca-se a mobilização nacional do MNPR para prevenir violências contra a população de rua, como normalmente ocorre durante a realização de megaeventos como a Copa do Mundo 2014. Em função disso, surge o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da População de Rua e dos Catadores, como estratégia de proteção para essas populações durante a Copa, e que terminou alavancando a retomada da organização política da população de rua:

Então, eu, em quanto trabalhadora, e sabendo dessa possibilidade de montar o Centro de Defesa, somado a que as pessoas estavam me ligando, me pressionando pela retomada, pois aqui também havia uma pressão da própria população de rua, que havia participado do Movimento Aquarela, de que precisava retomar. Quando me encontravam na rua, me perguntavam quando iríamos retomar. Portanto, existia pressão pela retomada dos dois lados, tanto nacional, como aqui. [...] Eu não queria assumir, porque sou funcionária pública da Prefeitura, e sempre tive a preocupação de não me olharem como alguém que tivesse tirando vantagem dessa luta. Então, eu chamei quem tinha um comprometimento na época [...]. Eu disse: nós precisamos retomar, porque nós vamos perder um trabalho importante de um Centro de Defesa, e a Copa do Mundo está vindo aí! E naquele momento, aquela minoria decidiu que a gente precisava retomar a articulação com o Movimento. (MILITANTE 2)

Portanto, a retomada do Movimento coincide temporalmente e condicionalmente com a implantação do Centro de Defesa, e isso se confirma no relato de outro militante:

No início do ano de 2013, [...] começamos a fazer esse exercício no Centro de Defesa, que tinha tudo a ver com a questão da população de rua. E começamos a pensar: vamos fazer essa retomada. Ficou muito tempo parado, pois várias coisas aconteceram, e não tinha mais Movimento na cidade. No início, começamos a ver como se faz, o que deveria ser feito. Decidimos aproveitar o espaço que tínhamos no Simpa, e iniciar. (MILITANTE 3)

A experiência do Movimento Aquarela aparece novamente como fundamental na retomada da organização política da população de rua, presente na memória da população de rua, na articulação com a base nacional do MNPR, ou com o Simpa, que novamente contribuiu com a organização política da população de rua fornecendo o espaço físico para a realização de um grande encontro da população de rua, que ocorreu no dia 20 de junho de 2013, e deu origem a retomada do Movimento, mas já como Movimento Nacional da População de Rua do Rio Grande do Sul:

Foi no dia 20 de junho de 2013. [...] fizemos a publicidade e propaganda nos espaços que a gente conhecia, convidamos as pessoas. [...] Conseguimos reunir



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

muitas pessoas naquele dia e iniciamos a retomada. A população em situação de rua sempre vai onde tem alimentação, chama mais atenção. Então fizemos pipoca e café. Fizemos uma roda, mostramos o vídeo do Movimento anterior, e as novas propostas do que a gente queria. Algumas pessoas vieram e permaneceram, havia muitos apoiadores, alguns ficaram, outros se foram, como acontece hoje também, um vai, outro vem, e a população de rua também. (MILITANTE 3)

Destaca-se novamente, no relato sobre o encontro que formalizou a retomada, a presença do Movimento Aquarela, através de vídeo que serviu para a cooptação de novos militantes e para reforçar a presença de uma história de luta, de experiência prévia, e indicar caminhos para a retomada da organização política da população de rua. Entretanto, nos relatos sobre a retomada, ficou evidente a importância do Centro de Defesa; mas não somente isso: mostrou a importância de programas, projetos e políticas públicas que financiem estratégias de resistência e organização política de populações historicamente excluídas, como no caso da população em situação de rua. Ainda que o Centro de Defesa tenha tido duração determinada, foi um exemplo de estratégia de intervenção social pontual para a Copa do Mundo 2014 e um de seus desdobramentos foi a articulação para a retomada do Movimento:

O Centro de Defesa era mantido pela CNBB, que era a mantenedora de todos os Centros de Defesa. Era um trabalho de carteira assinada com salário fixo [...] Era um salário de mil e quinhentos reais, e dividimos esse salário junto com todas as responsabilidades. Dava quinhentos reais pra cada uma. A gente fez isso e deu muito certo. Não tinha como ter o Centro de Defesa se não tivesse organização política, porque os dois tinham que andar junto. Então, em 2013 a gente chamou de novo a população de rua para um encontro no Simpa, fez toda a articulação com os serviços e renasce o Movimento, agora já com o nome Movimento Nacional da População de Rua. E junto com o Centro de Defesa, veio a Patrulha de Direitos Humanos, a aproximação com a Defensoria, [...] com o Ministério Público, foi a partir desse Centro de Defesa. (MILITANTE 2)

Também houve uma ampliação da rede de apoio, mediante contatos com Ministério Público e Defensoria Pública, além do aprofundamento do vínculo entre o Movimento e o Centro de Defesa:

Nós organizávamos seminários, nós dávamos conta de registrar todas as violências que ocorriam e mandar pro Disque100, e mandar pra mantenedora. Então, tem dados dessa época, inclusive um rapaz que fez a sua tese sobre a violência veio me dizer que quando havia o Centro de Defesa, havia muito mais registros dos que existem atualmente. O Centro de Defesa funcionou por um ano e meio. Todas as denúncias que chegavam, o Centro de Defesa via o que ia fazer junto com o Movimento. A gente tinha seminários em Belo Horizonte, com todas as equipes, a gente fez um trabalho muito importante de dar visibilidade para essas violências, pelo Centro de Defesa junto com o Movimento. A Patrulha dos Direitos Humanos deu uma boa protegida na população de rua na época da Copa, ela foi feita a partir do trabalho do Centro de Defesa. (MILITANTE 2).



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Esse estreito vínculo entre o Movimento e o Centro de Defesa também aparece no seguinte relato:

No Centro de Defesa havia um espaço para fazer nossas reuniões. E essa retomada do Movimento surgiu desse espaço também. Fizemos um seminário do Centro de Defesa, em novembro de 2013, que foi onde a gente conheceu essas pessoas, chamamos o Ministério Público, Defensoria Pública, Brigada Militar, e nesse dia aconteceu várias coisas, inclusive denúncias. E foi esse vínculo que nós conseguimos naquele dia. Porque nessa reunião tinha várias pessoas, do jurídico, direitos humanos, de vários locais, e isso fez que todos se aproximassem. A gente se aproximasse mais deles e eles de nós. Porque foi um ano, desde a retomada até a Copa do Mundo, e tivemos essas conquistas. E durante a Copa, teve a Patrulha dos Direitos Humanos que ajudou em 2014, pra poder criar vínculos com as pessoas da rua. (MILITANTE 3)

De maneira semelhante foi o Projeto Polis que ocorreu em São Paulo, que incluiu financiamento e capacitação para o Movimento e foi fundamental para sua articulação em outros estados e a realização de seminários que reunia várias lideranças. Como indica Melo (2016), quando trata da organização política em São Paulo mediante o estudo do MNPR, esse tipo de experiência contribui para o *compartilhamento de sentidos sobre a vida nas ruas*, e situações como essa fomentam a transformação da ideia da situação de rua como *fracasso individual* para o reconhecimento de um *sofrimento coletivo*, do qual não tiveram escolha, pois depende de processos dos quais não se têm controle. Contudo, mesmo que o Centro de Defesa tenha sido fundamental para a articulação da retomada, ele deixou de atuar em Porto Alegre:

O Centro de Defesa acabou porque era um convênio, e não foi renovado, inclusive existe ainda em outras capitais, mas foram as capitais que tinham alguma rede de apoio e que conseguiram articular localmente para manter o Centro de Defesa. (MILITANTE 2)

Portanto, ainda que as estratégias de organização política da população de rua tenham construído, através do Movimento Aquarela, do Centro de Defesa e da retomada com o MNPR/RS, uma rede de apoio de luta e resistência dessa população, constata-se, mesmo sem profundidade, que tal rede não foi suficiente para manter em funcionamento o Centro de Defesa. No mesmo ano da retomada, em 2013, houve outra situação marcada na memória como constitutiva da retomada. Trata-se da participação do Movimento na Conferência Municipal de Assistência Social de Porto Alegre em 2013:

Nesse mesmo ano, havia a Conferência da Assistência Social de 2013, na PUC, e decidimos tirar delegados. Fomos às Pré-Conferências da Assistência Social, fizemos oficina e fomos com tudo pra Conferência! É esse o trabalho do apoiador, que as pessoas veem e conhecem. (MILITANTE 3)

Não restam dúvidas sobre quanto a participação nas instâncias de controle social de Políticas Públicas, como no caso da Conferência, é importante para grupos e movimentos



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

sociais. Através do MNPR/RS, indivíduos em situação de rua puderam exercer o direito de participação política. Contudo, a busca por experiências significativas para o Movimento revelou a relevância de ter realizado uma ocupação no Departamento Municipal de Habitação (Demhab):

Estava trocando de prefeito e a gente propôs um seminário para uma troca de ideias; e na realidade, a gente viu o que ia acontecer e o que está acontecendo. A gente viu lá atrás, no ano passado. Então, foi combinada uma assembleia no Demhab, junto com o vice-prefeito Sebastião Melo que estava assumindo, e junto com o Movimento Nacional da População de Rua, o Movimento de Luta dos Bairros e Favelas (MLB) e o Movimento dos trabalhadores Sem Teto (MTST), e resolvemos fazer a ocupação! (MILITANTE 1)

Novos sujeitos apareceram nesse relato, formando uma rede de apoio, e que se articularam para realizar uma ocupação. A demanda por melhores políticas de habitação uniu três movimentos sociais, o MNPR/RS, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), numa complexa estratégia de luta: *uma ocupação*. Mas não somente isso, segundo os relatos, o MNPR/RS teve importante participação nas responsabilidades que uma ocupação exige:

Na realidade, durante a ocupação, o Movimento Nacional da População de Rua sempre esteve à frente de todas as situações: cozinha, segurança, organização, limpeza, comunicação. A ocupação foi de 29 dias. E o mais importante foi conhecer outros movimentos sociais, e conviver durante 29 dias. Você imagina ficar 29 dias trancado no lugar! Claro que tinha acesso pra ir e voltar, mas foram 29 dias sempre com o mesmo fluxo, tinha dias que havia mais de duzentas pessoas. Isso foi uma experiência que o Movimento trouxe pra mim, de convivência, como tu vai conviver com uma pessoa que nunca viu na tua vida? Tu vai comer, tu vai te deitar olhando pra cara da pessoa, vai se acordar olhando pra cara dessa pessoa, vai ter que servir aquela pessoa meio dia. Porque eu fazia parte da cozinha. Foi um excelente aprendizado. (MILITANTE 1)

A convivência social promovida pela ocupação foi de grande aprendizado. A relevância com que a ocupação do Demhab figura nas memórias foi constatada em outros relatos:

[...] a Política de Habitação é um dos nós que não avançam em lugar nenhum do Brasil pra população em situação de rua. [...] os aluguéis sociais estão sempre atrasados, as pessoas correm risco de serem despejadas, enfim, a gente sabia que não iria avançar. [...] Nós sabíamos disso e marcamos a reunião do Comitê lá no Demhab, porque nós sabíamos que o vice-prefeito que tinha se comprometido em ir, que era o Sebastião Melo, nos diria o que a gente já sabia e não iria avançar em nada. E uma ocupação era uma forma de dar visibilidade a essa ausência de política de habitação na cidade. Então era algo que a gente precisava ousar fazer. E nós discutimos com os dois movimentos, o MTST e o MLB. Esse dois movimentos participaram da construção dessa ocupação. Foi uma ação bem construída e o Movimento Nacional da População de Rua foi quem puxou essa ação. [...] Foram 29 dias de convivência muito rica, onde a gente descobriu que as pessoas da comunidade também sofriam basicamente das mesmas coisas: aluguel social atrasado, pessoas há sete anos no aluguel social e que não iriam pra dentro de uma casa nunca! A gente conseguiu fazer aula pública, conversar com as pessoas e estreitar laços com as comunidades. Inclusive, uma das comunidades, que estava



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

por ser despejada, veio pra dentro da ocupação quando soube. [...] Então, teve toda uma função muito positiva dentro daquele espaço pra provar que não tinha política de habitação, que o departamento faz mais remoção do que a inclusão de pessoas dentro do espaço da política de habitação. (MILITANTE 2).

Impressiona a riqueza de sentidos que a experiência da ocupação no Demhab proporcionou aos movimentos. Porém, aparece como fundamental a leitura do contexto político e social das políticas de habitação, vista pelo coletivo como uma situação limite, e que convocou a união de três movimentos sociais para a tarefa de realizar uma ocupação no Demhab. Tais experiências funcionam como um agente agregador de sentidos, pois promovem o compartilhamento de experiências, e podem apresentar grande potência: a consciência de ser parte de um povo de sofrendores - retomando as palavras de Melo, e representou novamente grande impacto. Inclusive, promovendo a união entre outras categorias de trabalhadores, não tão conectadas geralmente com a luta da população de rua, como no caso do profissional de segurança, ou com comunidades de periferias, que sofrem pela falta de políticas de habitação tanto quanto a população de rua. Isso convoca ao pensamento sobre articulações entre movimentos sociais, movimento sindical e a luta dos trabalhadores. Contudo, a experiência da Ocupação do Demhab provocou outras reflexões, que ilustram os aprendizados que experiências como essa podem provocar:

Acho que a Ocupação do Demhab fez que a gente percebesse a importância da união da população em situação de rua, de apoiadores e de trabalhadores que a gente conhecia. Mas eu acho que mostrou também que ainda não temos condições de realizar uma ocupação sozinhos, o Movimento em si. Eu acho que é muita responsabilidade, com os apoiadores e com a população de rua. Não é somente entrar e ficar lá dentro, tem toda uma história. Então, o que a gente quer hoje é uma sede, e que a gente possa, através do Fundo Solidário, conseguir pagar essa sede. Porque, com uma sede, vamos conseguir organizar muito mais. Atualmente, nossas coisas estão espalhadas: um pouco na minha casa, outro na casa da Veridiana, na casa de um e de outro. Com uma sede do Movimento, a gente vai conseguir organizar isso melhor e poder fazer mais coisas. (MILITANTE 3)

No relato, está presente um debate recorrente nas reuniões do Movimento, trata-se da busca de uma estratégia para ter uma sede. A possibilidade de realizar uma ocupação para solucionar a falta de um espaço que possa cumprir o papel de sede chegou a ser discutida em reuniões semanais do Movimento. Inclusive, com militantes que se posicionavam a favor de uma ocupação para solucionar o entrave. Entretanto, a experiência da Ocupação do Demhab promoveu ao Movimento a vivência necessária para avaliar o desafio de realizar uma ocupação para usar como sede, e também considerar outras possibilidades. Nesse sentido, o Fundo Solidário de Resistência Pop Rua se trata de uma recente estratégia para tentar solucionar a falta de financiamento necessário para o transporte e para articulação, e também sanar a falta de uma sede:



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Agora surgiu a história do Fundo Solidário: a gente fez cinco encontros com o apoio do Camp, essa capacitação foi pra gente fazer o Fundo Solidário de Resistência da População de Rua, para arrecadarmos valores financeiros, pra gente poder apoiar o Movimento em outras cidades, com os valores que estamos arrecadando, com vendas de camisetas, bótons, e também com os sócios, que são pessoas em situação de rua e apoiadores. (MILITANTE 3)

O Fundo Solidário se apresenta como uma potente solução de financiamento para o MNPR/RS. Mediante a contribuição mensal de associados, o Movimento arrecada quantia de valores que podem custear o transporte de militantes, necessário para a articulação regional, ou ainda, o aluguel de uma sede para o MNPR/RS. Esse foi um exemplo de como a rede de apoio pode contribuir com o avanço da organização política da população de rua. De fato, a história de surgimento da organização política da população de rua também é a história da consolidação de uma rede de apoio. Nos relatos, encontraram-se, pouco a pouco, a aparição de sujeitos dessa rede, assim como suas contribuições. Tanto organizações independentes, como a Escola de Cidadania (Camp) e o Jornal Boca de Rua, como outras mais institucionalizadas como equipamentos do Estado, como Cras, Creas ou o próprio Programa Ação Rua, segundo o relato, formam parte dessa rede de apoio.

### **3 RESULTADOS E CONCLUSÕES**

Os resultados superaram as expectativas do pesquisador, quanto à profundidade e potencialidade do material histórico coletado. É importante agregar que nos relatos orais dos militantes, além de memórias sobre o surgimento e consolidação do MNPR/RS, encontraram-se processos históricos, políticos e sociais que vão muito além do contexto do Movimento. Nessa produção, tais processos figuram como corolário aos processos do MNPR/RS, servindo como um acréscimo de informação para elucidar um contexto geral. Frente às expressões do Capital sobre essa parcela da população, o fomento de estratégias de organização popular se torna um imperativo.

Nesse sentido, o estudo registrou uma história de lutas e resistências, além de um exemplo de comunhão entre a luta dos trabalhadores e de movimentos sociais. Porém, fundamentalmente, demonstrou a relevância de estratégias coletivas junto de populações historicamente excluídas: promover o compartilhamento de sentidos, para que situações limite, de violências e violações de direitos, sejam ressignificadas pelos sujeitos, passando da ideia de sofrimento individual para o de luta coletiva pela garantia de direitos.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. Governo Federal. **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua**. Brasília, 2008. Disponível em: [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao\\_civel/acoes\\_afirmativas/Pol.Nacional-Morad.Rua.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/acoes_afirmativas/Pol.Nacional-Morad.Rua.pdf). Acesso em: 8 abril 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**, 2009. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf). Acesso em: 8 set. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2007.

MELO, Tomás. Da Rua pra Rua: novas configurações políticas a partir do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). In: FELTRAN, Gabriel; MARTINEZ, Mariana; RUI, Taniele, (Orgs.). **Novas Faces da Vida nas Ruas**. São Carlos: EduFSCar, 2016.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). **Cadastro e Mundo da População Adulta em Situação de Rua em Porto Alegre/RS**. Relatório final da pesquisa. Porto Alegre, 2016.

SCIREA, Bruna. Em oito anos, população de rua de Porto Alegre cresce 75%. **Gaúcha ZH**, Porto Alegre, 15 dez. 2016. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2016/12/em-oito-anos-populacao-de-rua-de-porto-alegrecresce-75-8767200.html>. Acesso em: 8 abril 2019.